MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

329ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -

Brasília/DF, 29 de setembro de 2026

ATA DA 329ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 29 de setembro de 2026

LOCAL: 9º andar, Sala de Reuniões 902, MPS

PRESENÇAS

Representantes do Governo	**Representantes dos Trabalhadores em Atividade**
MPS – Felipe Cavalcante e Silva	FS – Carlos Alberto Tomé
SRGPS – Benedito Adalberto Brunca	CUT – Ari Aloraldo do Nascimento
CRPS – Thiago Barbosa Lacerda	CTB – Michel Vaz Morrison
INSS – Ana Cristina Viana Silveira	
SAM/CCPR – Letícia Gomes Maia	
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	
MFAZ – Rodrigo Toneto	
SRGP – Raquel Maria Soares Freitas	
DRGPS – Eduardo da Silva Pereira	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	**Representantes dos Empregadores**
CUT – Renato Carvalho Zulato	CNI – Matheus Souza e Silva Alves
FS – Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato	CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca
	CNC – Helio Queiroz da Silva
	CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento

Equipe Técnica	**Palestrantes**
Secretaria Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva	MPS – Marcia Rejane Soares Campos
Secretaria Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida	INSS – Patrícia Coutinho
RDK – Tiago Almeida Marques	INSS – Michelle Manieri Vieira

Ouvintes/Convidados
CNM – Mário Rattes
SRGPS/MPS - Miriam Fernandes de Faria
SRGPS/DRGPS – Maira Alves Rocha
SRGPS/DPSSO – Paulo Cesar Andrade Almeida
SRGPS/DPSSO – Paulo Emilio Alcantara Pereira

SRGPS/DPSSO – Lizandra Dias Magno

SRGPS/DPSSO – Kemelly Koch Vilhena Nunes

SRGPS/DPSSO – Izabel Fernandes Gomes

SRGPS/DPSSO – Leane Faria Carvalho

SRGPS/DPSSO – Eduardo Reis Matos

SRGPS/DPSSO – Simone de Barros Fernandes do Val

SRGPS/DPSSO – Jéssica Augusto dos Santos

INSS – Fábio Augusto Santos

ASCOM/MPS – Lucas Melise

ASCOM/INSS – Maria Tereza Castro

ASCOM/INSS – Rafael de Carvalho

CNC – Carine Ribeiro

G1 – Mariane Assis

Valor Econômico – Jéssica Sant'Ana

CUT – Vitória Rodrigues Costa

Degrazia – Nicole Vaz Pacheco Bessa

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **-Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** abriu a 329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando a todos(as). Em seguida, aprovou-se a Ata da 328ª Reunião Ordinária do CNPS pela unanimidade dos(as) presentes.

II – ORDEM DO DIA

Instaurou-se a pauta sobre a apresentação dos resultados do Fator Acidentário de Prevenção – FAP 2026, vigência 2027. Com a palavra, a Sra. **Márcia Rejane Soares Campos** explicou o que é FAP, mencionando também a base legal, a fórmula para cálculo e os efeitos sobre a contribuição. Explicou que o Fator considerava o auxílio por incapacidade temporária por acidente do trabalho, a aposentadoria por incapacidade permanente por acidente do trabalho, a pensão por morte por acidente do trabalho e o auxílio-acidente por acidente do trabalho, assim como o índice de gravidade e o índice de custo. Reiterou que o FAP poderia aumentar a contribuição por parte das empresas, mas também poderia reduzir o desconto que poderia ser aplicado a elas. Acerca da vigência de 2027, distribuiu os estabelecimentos em três faixas, conforme segue: 92,93% das empresas tiveram FAP menor de 1,0000, conquistando o bônus; 3,18% das empresas tiveram FAP igual a 1,0000, ficando na faixa neutra; e 3,90% dos estabelecimentos tiveram FAP maior que 1,0000, entrando na faixa malus. A seguir, explicou por que 436 mil estabelecimentos não tinham o seu FAP calculado e acrescentou que o número de estabelecimentos aumentou 18% de 2025 para 2026, o que não alterou os percentuais das faixas. Contextualizou a situação dos estabelecimentos que passaram a constar no levantamento e apresentou o calendário de vigência para 2027, que seria publicado à data no Diário Oficial da União (DOU). Concluiu apresentando os integrantes do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO). Aberto às manifestações, o Sr. **Renato Carvalho Zulato** solicitou o esclarecimento de dúvidas sobre o acesso aos dados do FAP, sendo respondido que os dados são sigilosos, de modo que o acesso a dados específicos é concedido somente aos representantes da respectiva empresa e o **Presidente Substituto, Felipe Cavalcante e Silva,** questionou se a implementação de sistemas de prevenção e diminuição de acidentes de trabalho poderia fazer com que uma empresa mudasse de faixa, ao que a Sra. **Márcia Rejane Soares Campos** confirmou que as melhorias dos índices das empresas faziam com que elas mudassem de faixa na vigência seguinte. Ainda, o Sr. **Helio Queiroz da Silva** sugeriu aprofundar o debate em momento oportuno, argumentando que o modelo precisava de melhorias em prol do empregador, enquanto o Sr. **Eduardo Annunciato** discorreu sobre o desvio de finalidade de alguns CNAEs, ao que o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** informou que os CNAEs estavam passando por revisão, a fim de eliminar distorções. O Sr. **Renato Carvalho Zulato** pediu que o Conselho pensasse em mecanismos para o compartilhamento das informações das empresas com os sindicatos, visando a contribuir com a redução dos acidentes, no que houve a concordância do Presidente Substituto, no sentido de aprofundar o debate no âmbito deste Conselho. Ato seguinte, avançou-se à pauta sobre a Gestão de Atendimento à População – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Perícia Médica Federal. Com a palavra, a Sra. **Ana Cristina Viana Silveira** resumiu que o INSS recebia, em média, 1,3 milhão

de requerimentos por mês, e indicou que o Instituto estava conseguindo administrar a demanda de novos requerimentos dentro do fluxo mensal. Disse que eram 1,2 milhões de processos aguardando análise, dos quais 702 mil estavam dentro do prazo de até 45 dias, 312 mil aguardavam ações dos segurados e 189 mil aguardavam há mais de 45 dias, a maioria por se tratarem de casos de benefícios assistenciais, que demoravam mais para serem analisados. O tempo médio de decisão foi reduzido de 108 dias em 2021 para 34 dias em agosto de 2026. Apresentou o tempo médio de espera para análise por tipo de benefício, que estava em queda, e informou que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por ser uma espécie cuja análise é mais complexa, tinha uma espera média de 44 dias. Afirmou que a produtividade de análise do INSS tinha aumentado em mais de 60% e disse que os resultados do mês de setembro foram os melhores dos últimos quatro anos. Sobre as concessões, falou que houve um aumento de 70% entre 2022 e 2026 e mencionou a redução no volume de reclamações sobre a demora na análise de requerimentos por meio da Ouvidoria, ressaltando que, ao mesmo tempo, há uma melhora na qualidade da análise. Continuamente, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** apresentou a evolução do atendimento da perícia médica, destacando que, até o dia anterior, eram 157 mil pessoas esperando atendimento presencial no país. Ilustrou a distribuição da fila por regional e tipo de benefício, reforçando que a previsão era de que 137 mil pessoas seriam atendidas em até 45 dias e 19 mil acima dessa faixa. Sobre as análises via AtestMed, disse que eram quase 50 mil processos na fila, nenhum há mais de 45 dias, e detalhou o volume de requerimentos por tipo de benefício. Comparou que, em maio de 2026, 531 mil pessoas esperavam por perícia presencial há mais de 45 dias, número reduzido para 19 mil em setembro, além de mencionar o volume de perícias de revisão. Ilustrou o tempo médio de espera pela perícia por Região e Estado, além de citar os casos de cancelamentos e ausências nas perícias. Mencionou, ainda, ações para lembrar o segurado do agendamento da perícia, no intuito de diminuir as ausências na perícia e evitar que as vagas fiquem desocupadas. Aberto às manifestações, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** questionou o que levou ao aumento da procura por benefícios do INSS, além do acesso às informações, ao que o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** respondeu que um dos fatores foi a maior facilidade para solicitar os benefícios, que muitas vezes eram deferidos apenas com análise documental, o que acelera o processo de conclusão do requerimento, além de maior facilidade do acesso do beneficiário que, por exemplo, vive distante das Agências e tem que se deslocar para fazer a perícia. O **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** confirmou que os benefícios estavam chegando aonde não chegavam antes e que o aumento mais expressivo de requerimentos e concessões tinha sido nas Regiões Norte e Nordeste. Ato contínuo, o Sr. **Helio Queiroz da Silva** pediu a palavra para tratar da Lei n° 15.252/2025, acerca do direito à portabilidade para os usuários de produtos do sistema financeiro, demonstrando preocupação com a proteção ao aposentado. Reforçou que a premissa de que qualquer instituição poderia oferecer pagamento de benefícios, sem ter passado pelo processo de licitação e atender às exigências estabelecidas para o atendimento ao beneficiário da previdência social, era perigosa para as populações vulneráveis e sugeriu que o CNPS agisse contra a entrada em vigor da Lei. Em resposta, o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** lembrou que a Lei tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional e reforçou que o tema já tinha sido debatido pelo Conselho, opinando que o debate não deveria ser retomado. Acrescentou que a vigência da Lei dar-se-ia em junho de 2027 e confirmou que, caso o modelo de leilão da folha de pagamento do INSS fosse alterado para um formato de credenciamento, o Conselho elaboraria um modelo de credenciamento das instituições, observando os requisitos mínimos

de segurança. Isto posto, o Sr**. Ivo Esteves Alonso Mósca** concordou com a necessidade de regulamentação e controle e reforçou que a elaboração e tramitação de uma proposta demandaria tempo, solicitando que o CNPS incluísse o tema na pauta da reunião seguinte. O **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** reforçou que os aposentados tinham o direito de escolher livremente as suas instituições financeiras e o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** sugeriu o agendamento de uma reunião virtual para debater o tema. Seguiu-se à pauta sobre o Panorama dos Recursos Previdenciários. Com a palavra, o Sr. **Thiago Barbosa Lacerda** registrou o aumento na procura pelos recursos previdenciários protocolados no INSS e no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), além de apresentar os dados por tipo de benefício. Relatou que a capacidade de análise dos recursos tinha aumentado significativamente e disse que, em agosto e setembro, foram mais de 100 mil recursos analisados por mês. Informou que o tempo médio de tramitação dos recursos caiu, mesmo diante do aumento da demanda. Imediatamente, seguiu-se à apresentação sobre os benefícios de Legislação Especial Indenizatórios da União. A **Sra. Patrícia Coutinho** iniciou tratando da **pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**, especialmente aos filhos separados dos pais portadores da doença, explicando os requisitos para que os filhos conseguissem o benefício, cuja solicitação deveria ser feita no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e o direito é avaliado por uma comissão interministerial. Falou que o benefício era no valor de R$ 2.190,53, custeado pelo Tesouro Nacional. A seguir, tratou da **pensão especial aos órfãos das vítimas de feminicídio**, apresentando os requisitos, critérios econômicos e rateio entre os beneficiários, no valor total de um salário mínimo. Depois, falou sobre a **pensão mensal vitalícia dos seringueiros e seus dependentes**, que beneficiava trabalhadores da Região Amazônica que atuaram durante a Segunda Guerra Mundial. Citou os requisitos do estado de carência do requerente, o valor, que é de dois salários mínimos e o termo inicial. Então, tratou da **pensão especial para a síndrome congênita do Zika Vírus**, que envolve uma indenização por dano moral no valor único de R$ 50 mil, além da pensão vitalícia, no valor do teto dos benefícios previdenciários. Por último, falou sobre o **benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso**, listando requisitos e o valor de um salário mínimo. Atualizou a situação dos requerimentos dos benefícios supracitados, apresentando o quantitativo dos benefícios em manutenção. Em complementação, o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** ressaltou que os benefícios citados eram pagos por rubricas específicas do orçamento da União. Ato contínuo, foi instaurada a pauta sobre o Atendimento do INSS: Integração, Qualidade e Eficiência. A Sra. **Michelle Manieri Vieira** disse que o INSS estava atento à jornada completa do cidadão, não apenas à gestão da fila. Falou sobre a Central 135, que conta com atendimento humano; citou a reorganização das Agências da Previdência Social – APS e lembrou do atendimento nas entidades parceiras, incluindo o INSS Digital, acordo de cooperação que visava exclusivamente o compartilhamento de plataforma de atendimento com as entidades parceiras, sem nenhuma retribuição financeira. Disse que a Central 135 realizou 52,7 milhões de atendimentos humanos em 2025, sem considerar as 20 milhões de ligações que eram resolvidas por meio da Unidade de Resposta Audível (URA), que é o atendimento automatizado, sendo que o serviço teve avalição de 91% de satisfação. Detalhou toda a operação da Central 135, hoje dividida em três unidades: Salvador/BA, Recife/PE e Caruaru/PE, que somam 5.525 posições de atendimento, desde os contratos com as Centrais até os serviços disponíveis, além de discorrer sobre os picos de procura e o treinamento e avaliação dos funcionários. Adiante, falou sobre os novos modelos de atendimento nas APS, baseados na inteligência de rede e adaptáveis à capacidade operacional e à realidade

local, sendo eles: o atendimento espontâneo ampliado, o atendimento com modelo flexível e o com modelo planejado. Falou sobre os benefícios aos segurados, gerados pelas melhorias e citou a autonomia dos gestores das APS para permitir a análise de requerimentos sem agendamento, desde que cumprissem critérios estabelecidos. Ainda, tratou dos portais APS e ACT, indicando as melhorias realizadas e destacando os comunicados. Aberto às manifestações, os presentes registraram elogios às melhorias apresentadas e solicitaram esclarecimentos de dúvidas sobre os canais de atendimento e a sobreposição de serviços. Conselheiros reivindicaram a oportunidade de conhecer unidades da Central de Teleatendimento 135, solicitando a inclusão da oportunidade no cronograma das atividades do CNPS. Por fim, o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** falou sobre as pendências com relação à prova de vida, que atingiu a marca de 13 milhões de beneficiários, lembrando que a votação nas eleições e o uso de serviços na rede bancária eram maneiras de executar a prova de vida. Ainda, o Sr. **Matheus Alves** se apresentou como novo Conselheiro titular do CNPS, como representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

III – ENCERRAMENTO

Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente Substituto Felipe Cavalcante e Silva** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Ana Paula Nicole, Chefe de Projetos, lavrei a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 29 de setembro de 2026.